



CONSTRUÇÃO DE PODER PARA A JUSTIÇA

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EMPODERAMENTO LEGAL



POR QUE O PODER É IMPORTANTE NO EMPODERAMENTO LEGAL?

No [Legal Empowerment Fund](#) (LEF), acreditamos que a justiça não se trata apenas de leis no papel. Trata-se das pessoas terem o poder de moldar os sistemas que afetam suas vidas. Em todo o mundo, milhões de pessoas, especialmente as de comunidades marginalizadas, não têm acesso à justiça, pois apesar de existirem leis, elas estão fora de alcance, são inacessíveis ou são aplicadas de forma desigual.

Em 2023, após fazermos uma pesquisa junto aos parceiros beneficiários e consultar nossa equipe principal, identificamos que a construção de poder para a justiça é o tema fundamental da aquisição de conhecimento. Perguntamos: *Como os grupos de empoderamento legal fortalecem a competência das comunidades para lutar por justiça?* Por meio de conversas com os parceiros beneficiários, identificamos que a construção de poder para a justiça é o tema fundamental e, juntos, criamos um programa de aquisição de conhecimento para aprofundar nossa compreensão.

Como os grupos de empoderamento legal **fortalecem** a competência das comunidades para lutar por justiça?

Quais são os **desafios** que enfrentam no processo?

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO LIDERADO POR GRUPOS DE BASE

Em vez de um projeto de pesquisa de cima para baixo na hierarquia, esse programa de aquisição de conhecimento foi elaborado com e para grupos de base. Para responder a essas questões, o LEF trabalhou com **15 parceiros beneficiários na América Latina, África e Ásia** para elaborar em conjunto um programa de aquisição de conhecimento, que é um processo que ajuda os grupos a compartilhar conhecimento, refletir sobre os desafios e fortalecer seus trabalhos. O programa focou duas grandes questões:

Como os parceiros beneficiários do LEF estão contribuindo para tornar as instituições de justiça mais **acessíveis**?

Como as partes interessadas do LEF estão **construindo poder** para si mesmas e os demais?

Quais são os casos de **sucessos ou barreiras comuns** que enfrentam na construção de poder?

Metodologia

Viabilizado pela IWORDS Global e por meio de uma abordagem participativa, os **15 parceiros beneficiários** desempenharam um papel fundamental na formatação do programa de aquisição de conhecimento. Em três sessões virtuais, eles compartilharam experiências, trocaram insights e exploraram estratégias para o empoderamento legal.

Para garantir a inclusão de todos, os participantes foram divididos em grupos com o mesmo idioma e fuso horário. Cada organização foi incentivada a designar no mínimo dois representantes para garantir a continuidade das discussões. Por meio desse processo conduzido por pares, o programa trouxe à tona soluções do mundo real, desafios e temas comuns de diferentes regiões.

RESULTADOS DA AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO: DUAS ÁREAS TEMÁTICAS DA AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO

1. INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA ACESSÍVEIS

Os parceiros beneficiários do LEF idealizaram instituições de justiça responsivas, focadas no usuário e adaptáveis, que realmente atendessem às necessidades das respectivas comunidades.



O que torna as instituições de justiça acessíveis?

As instituições de justiça acessíveis são caracterizadas por essas qualidades e práticas. Elas removem barreiras e oferecem várias formas de acessá-las para garantir que todas as pessoas, independentemente das características e circunstâncias pessoais, possam usar os serviços jurídicos de forma eficaz e igualitária.

Os parceiros beneficiários do LEF destacaram as instituições de justiça em diferentes níveis ao idealizarem sistemas de justiça mais acessíveis. As instituições variaram desde entidades internacionais até nacionais, incluindo tribunais regionais e órgãos judiciários nacionais. Também mencionaram entidades comunitárias ou alternativas de resolução de disputas como sendo atores importantes no sistema judiciário. Por fim, analisaram os órgãos de segurança e as entidades de controle administrativo ligadas ao sistema judiciário.

2. CONSTRUÇÃO DE PODER

Os parceiros beneficiários do LEF avaliaram o que era necessário para construir poder em suas comunidades e movimentos. Eles identificaram os principais desafios, incluindo:



Conhecimento jurídico limitado, o que impede as pessoas de usar a lei para proteger seus direitos



Profunda desconfiança nas instituições, alimentada pela corrupção e pela impunidade



Desconexão entre as leis e as realidades locais, tornando ineficazes as estruturas legais



A violência contra os defensores da justiça e a discriminação que exclui os grupos marginalizados da justiça

Para enfrentar esses desafios, os beneficiários elaboraram uma definição compartilhada de construção de poder e de estratégias para fortalecer os movimentos em vários níveis.



COMO OS PARCEIROS BENEFICIÁRIOS ESTÃO CONTRIBUINDO PARA TORNAR AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA ACESSÍVEIS

Por meio do programa de aquisição de conhecimento, os parceiros compartilharam estratégias do mundo real que utilizam para tornar as instituições de justiça mais acessíveis (nos níveis comunitário, organizacional e político).



No nível individual e comunitário

- **Educação jurídica e de direitos humanos:** capacitar as comunidades com conhecimento para transitar pelos sistemas jurídicos e incidir seus direitos.
- **Organização e mobilização da comunidade:** impulsionar a ação coletiva para exigir justiça.
- **Resolução alternativa de disputas:** ajudar grupos marginalizados a resolver conflitos fora dos tribunais tradicionais.
- **Reconhecimento de sistemas de justiça tradicional:** garantir que as soluções jurídicas reflitam as culturas e as necessidades locais.

No nível organizacional

- **Assistência jurídica e representação de processos:** fornecer apoio jurídico gratuito ou de baixo custo para proteger grupos vulneráveis.
- **Ação judicial estratégica:** usar processos jurídicos fundamentais para criar mudanças sistêmicas.
- **Pesquisa e documentação:** coletar provas para expor injustiças e pressionar por reformas políticas.
- **Monitoramento de direitos humanos:** treinar membros da comunidade para monitorar e denunciar abusos.

No nível político

- **Incidência de reformas legais e políticas:** promover sistemas de justiça que atendam às pessoas.
- **Iniciativas de responsabilização e transparência:** engajar-se com legisladores e formuladores de políticas para fazer cumprir os compromissos e melhorar a governança.
- **Monitoramento do orçamento:** garantir que as verbas do setor judiciário sejam usadas de forma eficaz para expandir o acesso.

BARREIRAS QUE OS PARCEIROS BENEFICIÁRIOS DO LEF ENFRENTAM PARA AJUDAR A TORNAR AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEIS

Além dos sucessos e das experiências concretas relatadas, ao longo da implementação das atividades para tornar as instituições de justiça mais acessíveis, os parceiros beneficiários do LEF enfrentam várias barreiras:

No nível institucional

- Instituições de justiça frágeis, recursos inadequados e corrupção prejudicam a eficácia do sistema de justiça, prolongam o sofrimento das vítimas e deterioram a confiança do público. Além disso, a relutância do judiciário em realizar treinamentos e os desafios orçamentários complicam a aplicação da justiça em questões socioambientais.

No nível comunitário e cívico

- As comunidades enfrentam barreiras consideráveis para acessar a justiça devido ao conhecimento limitado, aos altos custos jurídicos e às instituições de justiça distantes. Os ativistas e defensores dos direitos humanos sofrem assédio e represálias, enquanto as organizações não governamentais enfrentam dificuldades com a limitação de recursos financeiros e humanos.

No nível político

- A falta de apoio político ou, em alguns casos, a resistência declarada dos governos e das empresas dificulta o enfrentamento das causas da injustiça e a proteção dos direitos da comunidade. Além disso, as estruturas legais inadequadas não conseguem lidar com as questões socioambientais e carecem de mecanismos para a participação da comunidade.



PARCEIROS BENEFICIÁRIOS DO LEF NA JORNADA PARA A CONSTRUÇÃO DE PODER PARA SI MESMOS E OS DEMAIS

Além das estratégias identificadas que contribuiriam para tornar as instituições mais acessíveis, os participantes identificaram outras estratégias que ajudariam na construção de poder para a justiça. Esta seção destaca as estratégias e os sucessos alcançados por meio dessas estratégias nos níveis individual, comunitário, organizacional e político.



No nível individual e comunitário

- Realizar empoderamento legal e treinamento de liderança para que as comunidades consigam tratar de forma independente casos de direitos humanos e buscar justiça.
- Colaborar com a mídia para dar visibilidade às violações dos direitos humanos nas comunidades.

No nível organizacional

- Treinar assistentes jurídicos comunitários para atuarem como intermediários entre as comunidades e o sistema jurídico, capacitando-os a entender e utilizar a lei. Além disso, treinar os funcionários e os voluntários, e construir alianças com organizações para apoiar casos específicos e atingir seus objetivos.

No nível político

- Promover o engajamento cívico para influenciar decisões e políticas governamentais.
- Manter um diálogo estratégico com líderes comunitários e formuladores de políticas para tratar questões emergentes e violações de direitos humanos.

BARREIRAS À CONSTRUÇÃO DE PODER PARA A JUSTIÇA

Os parceiros beneficiários do LEF, ao refletirem sobre seu trabalho diário para construir poder para si mesmos e os demais, identificaram as seguintes barreiras.

No nível institucional

Obstáculos jurídicos e burocráticos, pressão corporativa e capacidade limitada dos prestadores de serviços jurídicos dificultam o exercício eficaz da justiça e a proteção dos direitos da comunidade.

No nível comunitário e cívico

A falta de conhecimento jurídico, a violência contra os defensores dos direitos humanos, a repressão do governo e as normas culturais e de gênero prejudicam a organização coletiva e as iniciativas de construção de poder nas comunidades.

No nível político

Alguns apoios financeiros de doadores incluem programas que não se alinham com as necessidades de construção de poder das comunidades.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO

1 CONSTRUÇÃO DE PODER PARA A JUSTIÇA						
2 Como os beneficiários do LEF estão contribuindo para tornar as instituições de justiça mais acessíveis?			Construção de poder para si e os demais			
3	Nível individual e comunitário	Nível organizacional	Nível político	Nível individual e comunitário	Nível organizacional	Nível político
4	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que práticas você considerou promissoras para mitigar os riscos enfrentados pelos defensores dos direitos humanos? 2. Que práticas você está usando para incentivar a participação da comunidade em suas iniciativas? 3. Que práticas você considerou promissoras para dar voz a grupos marginalizados ou vulneráveis em seu trabalho? 	<ol style="list-style-type: none"> 4. Que práticas você considerou promissoras para desenvolver/fortalecer um movimento que contribua para a justiça acessível? 5. Quais mecanismos ou práticas inovadoras foram integrados às instituições de justiça como resultado de seu trabalho? 6. Que iniciativas você tem realizado para usar a tecnologia em seu trabalho para tornar as instituições de justiça mais acessíveis? 	<ol style="list-style-type: none"> 7. Que estratégias de incidência você considerou promissoras para criar um ambiente político favorável para instituições de justiça acessíveis? 8. Que práticas você considerou promissoras para responsabilizar as instituições jurídicas e os outros detentores de deveres? 9. Que práticas você considerou promissoras para construir apoio a instituições jurídicas mais acessíveis (mídia, meio acadêmico, advogados, outros)? 10. Como a geração de provas contribui para suas outras estratégias para alcançar um ambiente propício à justiça acessível? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que ferramentas e métodos você está oferecendo para colocar o poder da lei nas mãos das pessoas, especialmente das comunidades marginalizadas e vulneráveis? 2. Que práticas você considerou promissoras para nivelar o campo de atuação quando as comunidades se envolvem com o Estado e com atores privados poderosos? 3. Que práticas você considerou promissoras para fomentar a liderança de base que pode levar à ação direta e impulsionar as iniciativas da comunidade? 	<ol style="list-style-type: none"> 4. Que práticas você considerou promissoras para envolver diferentes partes interessadas e estratégias para assegurar e expandir os direitos? 5. Como você e outras organizações de empoderamento legal estão mitigando os riscos para proteger os defensores da justiça quando eles agem? 6. Quais foram os sucessos e as barreiras que você enfrentou ao construir o poder? 	<ol style="list-style-type: none"> 7. Que práticas você considerou promissoras para tratar as causas estruturais da injustiça e da exclusão tomando como base a experiência de base? 8. Que práticas você considerou promissoras para garantir que as pessoas entendam, usem e participem da criação e reforma de políticas públicas, normas e instituições que afetam suas vidas diárias?
5	Partes interessadas na aquisição de conhecimento			Partes interessadas na aquisição de conhecimento		
6	<ul style="list-style-type: none"> ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça e defensores de direitos humanos ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça e líderes comunitários ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça, líderes comunitários e representantes de grupos marginalizados/vulneráveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça, instituições de justiça em diferentes níveis e líderes comunitários ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça e líderes comunitários ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça e líderes comunitários ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça, jornalistas, advogados e pesquisadores ▪ OSCs que trabalham com empoderamento legal e/ou justiça 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Representantes de grupos marginalizados, líderes comunitários e organizações de empoderamento legal ▪ Os membros da comunidade incluem populações vulneráveis, assistentes jurídicos, líderes comunitários e organizações de empoderamento legal ▪ Líderes comunitários e organizações de empoderamento legal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistentes jurídicos, líderes comunitários, jornalistas, pesquisadores e organizações de empoderamento legal ▪ Defensores da justiça, líderes comunitários e organizações de empoderamento legal ▪ Organizações de empoderamento legal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizações de empoderamento legal, líderes comunitários e defensores da justiça ▪ Líderes comunitários, assistentes jurídicos e representantes da comunidade, inclusive grupos marginalizados
7	Atividades da aquisição de conhecimento			Atividades da aquisição de conhecimento		
8	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação de programas e projetos anteriores ▪ Workshops de aprendizagem ▪ Consultas ▪ Workshops de reflexão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sessões de brainstorming ▪ Entrevistas ▪ Pesquisas ou enquetes 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consultas à comunidade ▪ Workshops de reflexão ▪ Sessões de brainstorming ▪ Discussões com grupos focais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevistas ▪ Avaliações de necessidades ▪ Pesquisas ou enquetes 	
9	Produtos da aquisição de conhecimento					
10	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentos com recomendações políticas ▪ Episódios de podcast ▪ Blogs 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminários online ▪ Vídeos educativos ▪ Fóruns online 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compilação de boas práticas ▪ Estudos de caso ▪ Artigos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infográficos ▪ Vídeos curtos/Reels para redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos de educação à distância ▪ Espaços coletivos de aprendizado (transnacionais) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Materiais para campanhas nas redes sociais



**LEGAL
EMPOWERMENT
FUND**

legalempowermentfund.org

[f @fundhumanrights](#) | [in bit.ly/fghr-linkedin](#) | [@fundhumanrights](#) | [fundhumanrights.bsky.social](#)